

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA(UEL) PARA ATUAÇÃO COM ALUNOS SURDOS

Ricardo Lopes Fonseca ¹
Henrique Souza Barbosa ²

RESUMO

O processo de formação inicial de professores é extremamente importante quando vamos refletir sobre a realidade educacional. Pensar em uma educação para todos é fundamental e o professor que chega em sala de aula pode se deparar com inúmeras situações. Quando pensamos no processo de formação de professores nas universidades temos a obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS em todas as licenciaturas a partir das disposições do Decreto 5.626/2005. Pensando nisso, a pesquisa buscou refletir se a disciplina de LIBRAS no curso de licenciatura de Geografia da Universidade Estadual de Londrina garantia aos estudantes algum entendimento em relação a educação de alunos surdos e se necessário o que poderia ser melhorado. Além disso, docentes de disciplinas de estágio docência em Geografia também foram perguntados sobre as abordagens realizadas sobre a educação de pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva. Se faz necessário refletirmos sobre o processo de formação inicial de professores para que possamos cada vez mais contribuir na eliminação de inseguranças e estigmas que possamos encontrar em sala de aula, neste caso abordando os alunos surdos.

Palavras-chave: Formação de professores, Geografia, Surdez, LIBRAS.

RESUMEN

Considerar el proceso de formación inicial del profesorado es sumamente importante cuando reflexionamos sobre la realidad de la educación. Pensar en una educación para todos es fundamental y el profesor que llega al aula puede enfrentarse a innumerables situaciones. Cuando pensamos en el proceso de formación docente en las universidades, tenemos la asignatura obligatoria de LIBRAS en todos los programas de pregrado, a partir de lo dispuesto en el Decreto 5.626/2005. Teniendo esto en cuenta, la investigación buscó reflexionar sobre si la asignatura de LIBRAS en la carrera de Geografía de la Universidad Estatal de Londrina garantizaba a los estudiantes una cierta comprensión de la educación de los alumnos sordos y, en caso necesario, qué podría mejorarse. Además, también se preguntó a los profesores de prácticas de enseñanza de Geografía sobre sus enfoques de la educación de las personas sordas y/o con dificultades auditivas. Es necesario reflexionar sobre el proceso de formación inicial del profesorado para contribuir cada vez más a eliminar las inseguridades y estigmas que podemos encontrar en el aula, en este caso tratando con alumnos sordos.

Palabras clave: Formación de profesores, Geografía, Sordera, LIBRAS.

INTRODUÇÃO

¹Professor no departamento de Geociências na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) ricardolopesf@uel.br;

² Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) henrique.souza0@uel.br;

Ao iniciarmos a discussão sobre a educação dos surdos é extremamente necessário fazermos um resgate histórico para que possamos compreender de maneira mais integral as realidades a que o povo surdo já esteve sujeito. Com isso também é possível entender o preconceito sofrido por eles que vem desde a Antiguidade. Na Grécia, por exemplo, os surdos eram vistos como intelectualmente incapazes por não oralizar. Na Idade Antiga eram vistos como amaldiçoados, já na Idade Média tinham muitos dos seus direitos privados (STROBEL, 2009). Todo esse preconceito de certa forma se perpetuou até os dias atuais, onde as pessoas surdas são vistas como incapazes ou menos dignas por pessoas ouvintes.

Ao longo da história da educação é possível observar alguns professores que atuavam principalmente ensinando filhos de nobres que eram surdos, já que na época a educação era restrita as camadas mais altas da sociedade e ao clero. Muitos desses professores desenvolveram o método de ensino baseado na linguagem de sinais, entendendo que ela se demonstrava mais eficaz no processo de aprendizagem da pessoa surda. Com o passar do tempo diferentes maneiras de ensinar as pessoas surdas vinham sendo debatidas, as que tiveram mais evidência, principalmente a partir do século XVIII foram o oralismo e o ensino por meio da língua de sinais.

O oralismo acreditava que as pessoas surdas deveriam de alguma forma aprender a se comunicar oralmente, como os ouvintes. Diferentemente a comunicação por meio da língua de sinais valoriza a comunicação visual-gestual e compreende uma forma de comunicação que se desenvolve de maneira natural entre a população surda. No século XVIII, um nome de muito destaque na educação dos surdos por meio da língua de sinais é o de Charles L'Épée, um abade francês, que inicia sua abordagem com as pessoas surdas afim de catequizá-los. Diversos avanços foram conseguidos nessa época, um deles foi a criação da primeira escola pública para surdos, que anos depois viraria o Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris. (MERSELIAN E VITALIANO, 2009)

Mesmo com os diversos avanços e grande influência que a comunicação por meio da língua de sinais vinha tendo, não isentou o método de sofrer ataques, principalmente dos oralistas, que além do preconceito alegavam que as línguas de sinais não possuíam uma estrutura gramatical e que isso prejudicaria os surdos (MERSELIAN E VITALINO, 2009). Com as discussões sobre qual seria melhor o método para o ensino das pessoas surdas foi proposto, em 1878, o I Congresso de Milão. Dois anos mais tarde, em 1880, teríamos o II

Congresso de Milão, onde as decisões tomadas impactariam a história da educação dos surdos drasticamente (STROBEL, 2009).

Dentre as diversas decisões tomadas na segunda edição do Congresso de Milão estava a de que estava proibido ensinar as pessoas surdas por meio da língua de sinais. Cabe ressaltar que grande parte das pessoas que tiveram poder de voto no evento eram pessoas que acreditavam no método oralista e pouquíssimos utilizavam a língua de sinais (STROBEL, 2009). As pessoas surdas que seriam as afetadas pelas escolhas dos métodos não tiveram participação efetiva nas decisões.

A decisão da proibição do ensino por meio da língua de sinais teria impactos negativos grandiosos no desenvolvimento das pessoas surdas, já que o método oralista ao longo dos anos provou não ser tão eficaz. Notou-se ao longo do tempo que naturalmente as pessoas surdas buscavam a comunicação por meio dos sinais, sendo a forma de comunicação que lhes permitiam se expressar de uma melhor forma. Ao longo de um quase um século, as decisões do Congresso de Milão imperaram, mas ao notar o fracasso eminente do método oralista, começaram buscar outros métodos de ensino para lidar com as pessoas surdas, principalmente a partir da introdução dos sinais. Um dos métodos utilizados era a Comunicação Total que se baseava em toda e qualquer forma de comunicação e por isso descaracterizava fortemente a linguagem de sinais (LIMA E SENNA, 2018).

Atualmente no Brasil, entendendo a importância da língua de sinais no processo de aprendizagem da pessoa surda e a importância do domínio da língua portuguesa escrito, temos o bilinguismo como metodologia, consistindo na comunicação em LIBRAS como primeira língua e o português como segunda língua, trabalhado principalmente em sua modalidade escrita. O bilinguismo teve seu reconhecimento oficial a partir da Lei 14.191 de 2021 que adicionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) a modalidade de ensino para alunos surdos.

As conquistas legais do povo surdo são consideradas recentes, foi ao final do século passado que as primeiras garantias legais começaram a ser conquistadas, mesmo assim é importante ressaltar que isso não garante o cumprimento do que é proposto, por muitas vezes os direitos surdos acabam sendo negligenciados. O acesso das pessoas surdas a alguns serviços básicos pode ser bastante difícil devido a comunicação e mesmo os órgãos públicos não

garantem de fato que os surdos tenham um atendimento especializado e de qualidade nas escolas e unidades de saúde, por exemplo.

Algumas dessas conquistas recentes que podemos pontuar são a Lei Nº10.436/2002 que reconhece a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão que ressalta a responsabilidade de se garantir atendimento e tratamento adequado aos surdos nos serviços básicos, além disso pontua a inserção da LIBRAS no ambiente educacional. Isso vem de encontro com o que é proposto na Constituição Federal de 1988 que propõe sobre a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além de garantir o atendimento educacional especializado (AEE) para alunos com alguma deficiência. A Lei 13.146 de 2015, conhecida como a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também trata sobre promover igualdade de condições de acesso e permanência a serviços e evitar barreiras para pessoas com deficiência no geral.

Dentro dos diversos mecanismos legais que visam garantir os direitos da pessoa surda, podemos destacar o Decreto 5.626/2005 que aborda diversos pontos para se pensar estruturalmente a inclusão dos surdos na sociedade. Em um primeiro momento aborda o que talvez seja seu ponto mais conhecido que coloca a obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura e Fonoaudiologia, nas instituições de Ensino Superior. Também aborda a formação de professores e instrutores de LIBRAS em nível superior para que possam atuar nas diferentes modalidades de ensino. A garantia de acesso à educação, garantindo a criação de condições necessárias para permanência do aluno surdo, tanto na dimensão metodológica, mas também comunicacional. Uma das formas de permitir uma comunicação satisfatória no ambiente educacional é a com a presença dos tradutores-intérpretes de LIBRAS (TILS) que tiveram a sua profissão regulamentada anos depois pela Lei Nº 14.319 de 2010. Além disso o Decreto aborda a garantia de acesso a saúde e o papel do poder público e empresas no apoio e difusão da LIBRAS. (BRASIL, 2005)

A questão educacional aparece como um dos pilares no texto do Decreto, além disso o uso e difusão da LIBRAS. Tendo em vista a obrigatoriedade dos cursos de licenciatura oferecerem a disciplina de LIBRAS em seu currículo, buscou-se analisar qual era a percepção dos estudantes do curso de Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, sobre a disciplina. Os estudantes abordados tiveram contato com o currículo que vigorou entre 2011 e 2019, o que conferiu a eles um menor contato com LIBRAS, já que a disciplina foi ministrada com a carga horária de 30 horas. Tendo em vista a importância de tratar uma educação inclusiva no processo

de formação e abordar temas relativos a metodologias de ensino diferenciadas, questionou-se se a disciplina de LIBRAS ofertada aos estudantes lhes garantia esse aporte.

Ao pensarmos na inclusão do estudante surdo em sala de aula, temos de ir além da comunicação pela LIBRAS, é importante pensarmos nas metodologias que utilizaremos para de fato incluir os alunos nas atividades, já que apenas a comunicação pela língua de sinais não garante o sucesso do estudante. As adaptações curriculares não devem ser vistas de forma pejorativa, como se os alunos surdos fossem menos capazes que os demais (DAMÁZIO, 2007).

Sasaki (2009) aborda as diferentes dimensões de acessibilidade necessárias para promovermos a inclusão, o autor aborda o tema em diferentes meios, inclusive no educacional. Podemos destacar em uma vivência escolar a dimensão comunicacional, permitindo que o aluno possa se expressar em LIBRAS e que tenha acesso aos conteúdos trabalhados em sua primeira língua. A dimensão metodológica, portanto a adaptação de metodologias que possa conferir ao aluno surdo um melhor aproveitamento dos conhecimentos e a dimensão atitudinal, portanto pensar na inclusão desse aluno de forma geral com a eliminação de preconceitos e estigmas sobre a surdez ou deficiência auditiva. Assim, poderemos criar um ambiente mais favorável para o seu aprendizado.

Em entrevista realizada com a docente de Geografia do Instituto Londrinense de Educação de Surdos, percebemos que diversas barreiras ainda existem quando falamos da educação de surdos, partindo desde a família até o ambiente educacional. Por vezes as famílias acabam negando a identidade surda do filho, como dito por Perlin (1998), a família é peça fundamental no processo de aceitação e desenvolvimento do sujeito surdo. A professora ressalta que muitos alunos acabam chegando para ser matriculados fora da idade e que isso provoca um atraso em seu desenvolvimento e também pontua que maioria dos estudantes nasce em famílias ouvintes que não tem o interesse em aprender a LIBRAS para se comunicarem. Isso ressalta mais uma vez os diversos desafios encontrados pela pessoa surda na sua vida.

A docente também ressalta a falta de profissionais capacitados para trabalhar com os alunos, entendendo que eles precisam de uma comunicação satisfatória com o professor e de metodologias que possibilitem um entendimento do que está sendo abordado. A falta de oportunidades de formação continuada para os professores é um agravante nesse processo. A docente ressalta também a dificuldade de abordagem de termos científicos já que para alguns não existe sinalização, isso torna o desafio ainda maior.

O processo de formação dos professores é parte importante para se pensar no processo de inclusão e vivência do estudante surdo na escola. O bom relacionamento e comunicação entre professores e alunos é essencial em todas as esferas para que se tenha condições necessárias ao estudante de desenvolver suas atividades (FONSECA E TORRES, 2013). O medo e o receio de se deparar com um aluno surdo em sala de aula pode ser fruto de um desconhecimento e falta de contato com a temática em seu processo de formação. Deste modo, uma carga horária maior para tratar dessas questões, além do contato com pesquisas que abordem a temática do povo surdo em geral podem proporcionar menos estranheza nesse primeiro contato.

Segundo o Censo Escolar de 2022, na educação básica em nosso país, temos 40.267 alunos com deficiência auditiva e 20.699 alunos surdos (INEP, 2022). Portanto se faz necessário pensar na realidade que esses estudantes irão encontrar no ambiente escolar e procurar promover um ambiente em que ele tenha plena capacidade de desenvolver seu potencial.

METODOLOGIA

Em um primeiro momento a pesquisa se desenvolveu a partir de pesquisas bibliográficas buscando compreender o contexto histórico da educação surdos. Assim foi possível refletir de uma melhor forma os desafios e os preconceitos enfrentados desde muito tempo pelas pessoas surdas. Junto a isso foi possível observar que ao longo dos últimos anos alguns direitos vêm sendo conquistados a partir da luta da comunidade surda, portanto essa busca de um referencial histórico é extremamente importante na contextualização dos sujeitos da pesquisa.

A análise das leis, decretos e portarias se coloca como parte importante da pesquisa, principalmente a partir do fim do século passado, diversos avanços legais foram conquistados pela comunidade surda na busca dos seus direitos. Por exemplo, a garantia do acesso a educação de qualidade, reconhecimento da LIBRAS, direitos de acesso e permanência em diferentes locais e a criação de condições necessárias para que as pessoas surdas possam acessar os lugares da melhor forma possível. Também se fez importante a análise dos referenciais curriculares dos diferentes cursos da Universidade Estadual de Londrina (UEL) a fim de compreender o avanço do ensino de LIBRAS nos diferentes cursos da instituição, tendo como foco o curso de licenciatura em Geografia.

Para ser possível compreender os impactos, efeitos e até efetividade do Decreto 5.626/2005 na disposição que versa sobre o ensino de LIBRAS obrigatório nos cursos de

licenciatura, com foco no curso de licenciatura em Geografia, foram encaminhados questionários aos estudantes do curso de Geografia da UEL que cursaram a disciplina de LIBRAS na carga horária de 30 horas, período esse que foi de 2011 a 2020.2. Os questionários buscavam saber se a disciplina, naqueles moldes, havia sido efetiva na compreensão da LIBRAS e de questões envolvendo a educação de surdos e a vivência do povo surdo. Os alunos foram contactados via *Whatsapp* e responderam ao questionário a partir do *Google Forms*. Como em parte se tratavam de egressos do curso, o contato presencial seria mais dificultoso.

Entendendo que o processo formativo de professores pensando em uma educação inclusiva, vai além da disciplina de LIBRAS, os docentes responsáveis pelas disciplinas Ensino da Geografia e Estágio de Vivência Docente (6EST308) e Didática da Geografia e Estágio Supervisionado (6EST309), foram perguntados via e-mail sobre a abordagem que faziam sobre a educação para pessoas surdas em suas disciplinas, visto que as disciplinas de estágio se apresentam como primordiais na formação dos alunos de licenciatura e oferecem maior contato com as unidades escolares.

Por fim, com o objetivo de compreender de uma melhor forma a atuação de um professor de Geografia com os alunos surdos, foi realizada uma entrevista com a responsável pela disciplina no Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES), as perguntas abordavam questões referentes ao processo formativo de professores, as condições da instituição de ensino e as metodologias utilizadas em sala aula. Com isso foi possível obter uma melhor percepção de como se desenvolve o ensino de Geografia para os alunos surdos em ambiente escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Diversos são os desafios encontrados pelos sujeitos surdos em nossa sociedade, inclusive no âmbito educacional, buscando compreender esse desafio educacional histórico foi necessário realizar um resgate da história da educação dos surdos por meio de Strobel (2009), Merselian e Vitaliano (2009) e Lima e Senna (2009). Os preconceitos enfrentados pelo povo surdo se fazem presentes na sociedade atual, sendo um reflexo de séculos de repressão com os sujeitos surdos. Apenas mais recentemente, do final do século passado até os dias atuais percebemos avanços em relação aos direitos das pessoas surdas, no Brasil esse reconhecimento direitos e tentativas de inclusão vem também por meios de leis como a Lei N°10.436/2002, Lei N° 13.146/2015 e o Decreto 5.626/2005 (BRASIL, 2002; BRASIL 2015; BRASIL 2005).

A partir da realidade encontrada tanto no aspecto histórico tanto na dimensão de leis e decretos buscou-se refletir sobre como está sendo realizada e como pode ser feita a inclusão de alunos surdos. Importante se pensar que a formação de professores é parte fundamental na busca por uma educação mais inclusiva aos surdos, portanto se faz necessário pensar em metodologias diversas que garantam a compreensão do aluno, como colocado por Fonseca e Torres (2015). Além disso, a relação entre a equipe escolar, família e a comunidade devem garantir um ambiente que forneça condições de acesso e permanência ao aluno (BRASIL, 2015; DAMÁZIO, 2007; FONSECA E TORRES, 2015; SASSAKI, 2009; PERLIN, 1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da pesquisa bibliográfica e analisando leis e decretos que se relacionam a comunidade surda, um dos que podemos destacar é o Decreto 5.626/2005 que em uma das suas disposições versa sobre o ensino de LIBRAS de forma obrigatória nos cursos de licenciatura nas instituições de ensino superior. Tendo isso em mente, buscou-se analisar como a Universidade Estadual de Londrina e seus cursos em geral se comportaram na implementação da disciplina de LIBRAS nas licenciaturas e demais cursos. Vale ressaltar que os cursos da área da saúde oferecem a disciplina de LIBRAS de forma optativa, portanto, disponível para o estudante, mas que ficaria ao seu critério a realização da disciplina.

Com o objetivo de tornar a visualização mais facilitada, buscou-se um quadro de Barbosa (2022) onde apresenta os cursos em questão com o ano de implantação da disciplina de LIBRAS em cada um deles, lembrando que o Decreto 5.626/2005 estipulava dez anos para implementação da disciplina em todos os cursos designados. O quadro também apresenta a carga horária (C.H) mais atualizada da disciplina de curso. Importante ressaltar que o curso de Geografia promoveu um aumento na sua carga horária na disciplina de LIBRAS no currículo proposto em 2019, porém nenhum dos estudantes entrevistados teve contato com a disciplina nesses moldes.

Quadro 1- A disciplina de LIBRAS nos diferentes cursos da UEL, carga horária atual e no ano de implantação

CURSOS (LICENCIATURA)	ANO DE IMPLANTAÇÃO/ C.H	CURRÍCULO ATUAL/ C.H
ARTES VISUAIS	2012 (60 horas)	2019 (60 horas)
CIENCIAS BIOLÓGICAS	2009 (30 horas)	2015 (60 horas)
CIENCIAS SOCIAIS	2010 (30 horas)	2019 (60 horas)
EDUCAÇÃO FÍSICA	2012 (30 horas)	2014 (60 horas)
FILOSOFIA	2012 (60 horas)	2019 (60 horas)
FÍSICA	2010 (60 horas)	2019 (60 horas)
GEOGRAFIA	2010 (30 horas)	2019 (60 horas)
HISTÓRIA	2011 (30 horas)	2019 (60 horas)
LETRAS PORTUGUES	2010 (60 horas)	2018 (60 horas)
LETRAS INGLES	2010 (60 horas)	2019 (60 horas)
LETRAS ESPANHOL	2010 (60 horas)	2019 (60 horas)
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	2015 (60 horas)	
MATEMÁTICA	2010 (60 horas)	2019 (60 horas)
QUÍMICA	2010 (30 horas)	2019 (60 horas)

Fonte: PROGRAD (2021)

Org: Barbosa (2022)

Atualmente todos os cursos possuem a disciplina ministrada em 60 horas o que é visto como um avanço. Se faz importante ressaltar que mesmo sendo ministrada em 60 horas, a disciplina não vai lhe conferir uma “fluência” para se comunicar em LIBRAS, mas pode servir como ponto de partida para que o estudante busque além do ambiente universitário o contato com a língua de sinais. A disciplina nos componentes curriculares também é importante para apresentar ao estudante um primeiro contato com as realidades e necessidades da comunidade surda e do povo surdo, despertando assim uma conscientização coletiva que pode ser levada além da universidade, por exemplo, para um primeiro contato com uma pessoa surda, no caso dos professores, podendo ser o seu aluno.

Após o contato com os estudantes do curso de Geografia, o questionário veio a ser respondido por treze pessoas. As perguntas realizadas buscavam saber do estudante as percepções acerca da disciplina de LIBRAS com a qual ele teve contato. As duas primeiras questões focaram em tratar sobre a carga horária da disciplina, a primeira questão questionava

se a disciplina com a carga horária de 30 horas havia sido suficiente para uma compreensão da língua de sinais. Nove dos treze estudantes responderam que não foi possível obter essa compreensão no tempo previsto pela disciplina, indicando que um aumento de carga horária seria bem-visto. Com isso, a segunda pergunta questionava se um aumento de carga horária para 60 horas seria satisfatório para a disciplina e foi unanimidade. Todos os estudantes responderam que o aumento de carga horária seria visto de forma vantajosa.

Ainda buscando saber a opinião dos alunos em relação a disciplina, foi perguntado sobre ações e segundo eles poderiam beneficiar e melhorar o seu aprendizado, as sugestões eram livres. Os egressos destacaram que uma maior carga horária e um contato maior com a comunidade surda seriam pontos importantes. Além disso, o aprendizado de sinais relacionados a Geografia, a realização de estágios em sala de aula com alunos surdos e experiências práticas relacionadas ao ensino de Geografia para surdos também foram destacadas.

Outra questão buscou saber se os estudantes haviam procurado fazer aulas de LIBRAS por algum outro meio, entendendo que as 30 horas oferecidas na grade do curso não iria lhe conferir a compreensão da língua de sinais, visto que estamos falando de uma comunicação visual-gestual diferente do que os estudantes estavam habituados. Quatro estudantes afirmaram que buscaram aprender LIBRAS por outros meios, o que foi visto com bons olhos, entendendo que a disciplina despertou o interesse sobre o tema, mostrando que a disciplina na grade curricular pode funcionar como um ponto de partida para uma visibilidade da comunidade surda.

Por fim, as últimas perguntas dirigidas aos estudantes tinham como objetivo avaliar se a disciplina de LIBRAS de alguma forma havia contribuído para atuação deles com alunos surdos. Uma das perguntas colocava se eles conheciam algum método de ensino dirigido aos alunos surdos e a outra perguntava se os egressos se sentiam preparados para atuar com alunos surdos em sala de aula. Em um primeiro momento foi possível observar que os estudantes estavam alheios a métodos de ensino relacionados com alunos surdos, não souberam responder como trabalhariam com os alunos, apenas um entrevistado respondeu colocando apenas “escrita” como resposta, o que mostra um certo desconhecimento das diversas metodologias que podem ser utilizadas. Isso corrobora com a última questão, onde todos colocaram que não se sentem preparados para atuar com um aluno surdo em sala

Importante ressaltar que a disciplina de LIBRAS com a carga horária de 30 horas se apresenta como um desafio para o professor que irá ministrá-la. A carga horária acaba sendo

insuficiente para abordar noções iniciais da língua de sinais, a história do povo surdo, sinais específicos ligados a Geografia, métodos de ensino para alunos surdos e promover um possível contato com a comunidade surda. Com tamanhas possibilidades para se trabalhar, o aumento de carga horária é visto como fundamental para que se possa abordar a LIBRAS de maneira mais satisfatória na licenciatura em Geografia.

Relacionando o ensino de LIBRAS e a educação de surdos com a matriz curricular do curso e entendendo que a abordagem desses temas não pode ficar restritos apenas a disciplina de LIBRAS, os docentes que ministram ou já ministraram as disciplinas Ensino da Geografia e Estágio de Vivência Docente (6EST308) e Didática da Geografia e Estágio Supervisionado (6EST309) foram perguntados sobre a abordagem das temáticas em suas disciplinas. Foram escolhidas essas duas disciplinas entendendo o seu destaque na formação em licenciatura e são elas que acabam promovendo um maior contato com a vivência escolar e metodologias de ensino.

O contato foi realizado por e-mail com a seguinte pergunta “Em relação ao ensino para alunos com necessidades educacionais especiais, com foco na deficiência auditiva, durante o tempo em que estava ministrando a disciplina de estágio, foi abordado algo sobre esse tema? Em caso afirmativo, como ocorreu essa abordagem?”. Obtivemos três respostas, de forma geral podemos perceber que até aquele momento a abordagem acontecia de forma mais informal, sem nenhuma proposição de fato, já que os temas não estavam no programa da disciplina. A docente N°1, ressaltou justamente nunca ter feito essa abordagem no currículo antigo por justamente não estar inclusa no programa da disciplina. A docente N°2 ressaltou ter feito uma abordagem de forma geral da educação especial, nada específico para alunos com surdez e/ou deficiência auditiva, mas disse ter sempre o cuidado de abordar temas relacionados. Na última resposta obtida, com a docente N°3, ressalta que sempre buscou abordar o tema e que recentemente essa discussão ganhou ainda mais notoriedade. Foi a única das respostas que mostrou ter tratado de maneira mais elaborada o tema, destacando ainda que já propôs a elaboração de materiais e a discussão de possibilidades de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que mesmo que tenhamos tido diversos avanços em relação aos direitos do povo surdo, ainda existem barreiras em relação ao preconceito e acessibilidade. Alguns aspectos considerados básicos para os ouvintes como, por exemplo, as aulas de

Geografia podem oferecer desafios para o aluno surdo se não forem utilizadas as metodologias adequadas e se os professores não estiverem preparados. Portanto tem de se pensar em uma perspectiva estrutural e não apenas em soluções pontuais.

O curso de licenciatura em Geografia na UEL demonstra que está procurando melhorar nas abordagens em relação a educação especial, incluindo a educação dos surdos. Além do aumento da carga horária da disciplina de LIBRAS, agora o curso com a disciplina a 1GEO172- Educação Geográfica para Alunos com NEE (Necessidades Educacionais Especiais). A inclusão de uma disciplina que tem como objetivo tratar a formação de professores para com os alunos com NEE, mostra a preocupação com a formação de profissionais mais preparados para atuar em sala.

A criação da disciplina permitirá que a abordagem de uma educação especial e/ou inclusiva não ocorra apenas de forma superficial. Acaba beneficiando de certa maneira a disciplina de LIBRAS e as disciplinas de Estágio como mais uma forma de abordar a educação para pessoas com NEE. Certamente nenhuma disciplina irá conseguir preparar os estudantes para todos os desafios encontrados em uma sala de aula, mas a importância de um contato prévio a vivência em sala de aula é bastante grande. Podendo também fazer com que alunos que não propriamente sigam como professores levem esses conhecimentos para outras esferas de sua vida, tendo como possibilidade inclusive o estímulo a pesquisa na área.

As pequenas mudanças que vemos ao longo dos anos, a longo prazo promovem um grande avanço. Desde a conquista de poderem se comunicar da forma como preferirem até o reconhecimento de sua língua, a garantia de acesso a serviços públicos e privados, entre outros, os surdos avançaram muito a partir de sua luta. Se faz necessário que a luta por direitos e melhores condições de acesso a serviços continue. A questão educacional é de suma importância em nossa sociedade e garantir que todos tenham acesso a uma educação básica de qualidade pode contribuir para mudanças estruturais em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Henrique Souza. **A formação de professores de Geografia para atuação na educação dos surdos**. 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 07/11/2023.



BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 1º setembro de 2010. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm> Acesso em:
07/11/2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm> Acesso em:
07/11/2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em:
07/11/2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em:
07/11/2023.

FONSECA, R.L.; TORRES, E.C. O processo de inclusão de alunos surdos nas escolas sob o ponto de vista do professor de geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, 2013, p. 46-54.

INEP. Censo Escolar 2022. Disponível em: Acesso em: 23/07/2022.

LIMA, E.W.G.; SENNA, L.A.G. Escola e surdez: o que dizem professores e pais a respeito?. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 24, p. 217-234, jan./mar. 2018.

MERSELIAN, K.T., VITALIANO, C.R. Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos. In: Congresso Nacional de Educação- EDUCERE.4. 2009. Curitiba. **Anais...** Curitiba. PUCPR, 2009, p.3736-3750.

PERLIN, G.T.T. **Histórias de vida surda**: identidades em questão. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

STROBEL, Karin. **História da educação dos surdos**. 1.ed. Florianópolis: UFSC, 2009